

# A primeira derrota

Villas-Bôas Corrêa

**A** Constituinte instalou-se, há 18 meses, com o governo colhendo as amargas decepções pelo fracasso oficialmente admitido do cruzado, numa desastrosa operação que irritou a opinião pública e acelerou o despencar dos índices de popularidade do presidente José Sarney, de certo modo compensadas com a maioria folgada faturada pelo PMDB e pelo PFL — parceiros da Aliança Democrática de renegada memória.



O segundo turno de votação do texto constitucional inaugura-se com uma derrota acachapante do governo, envolvendo diretamente o presidente Sarney por um escore que caracteriza o consenso acima de legendas: 403 contra 13, além das 55 abstenções dos que não desceram do muro.

A maioria não virou agora o cisco, a sobra insignificante de 13 obstinados na fidelidade, na estatística de um incidente no qual o desempenho do governo, em significativa solidariedade no erro, meteu os pés pelas mãos e cometeu os mais crassos enganos, no atacado e no varejo.

O governo, portanto, não foi derrotado no inesperado de uma votação, valorizada por um conjunto de circunstâncias conhecidas. Vem perdendo lentamente, na diluição da sua base parlamentar, nas omissões da liderança, nos encolhimentos do comando. É uma longa história de enredo sabido e personagens identificados: do Sarney que ficou com o pior papel no final do capítulo, ao Dr. Ulysses, astro de intenso brilho que atirou no esquecimento do perdão dos muitos equívocos na titubeante presidência acumulada do PMDB em cacarecos.

A derrota vem de longe, estava na lógica das coisas, previsível. A atuação do esquema do governo fez o resto, ampliando até a desmoralização os números do resultado e introduzindo os fatores emocionais que passionalizaram a Constituinte, plasmando o consenso, montando o cenário para o discurso de Ulysses, ao seu jeito e estilo, com os achados das indiretas camoneanas e as farpas de Eça e Ramalho Ortigão espetadas no touro, com a graça e negações de um veterano da arena. Pois a resposta de sucesso consagrador ousou o recado aos militares, na transparência da frase torneada e de efeito: "o povo nos mandou aqui para fazê-la (a Constituição), não para ter medo.

Não foi o discurso de Sarney que determinou a derrota. Ampliou-a: sem ele não teria havido o de Ulysses, com efeitos devastadores sobre um plenário solidário e exaltado. A anedótica ameaça, inviável e pitoresca, de zerar a Constituinte soou como toque de reunir para uma Assembleia tocada pelo sentimento corporativo e mobilizada para resistir à tentativa da sua desmoralização coletiva. O governo perdera antes. Não tinha jeito: sua maioria volatizara-se ao longo do percurso. Para ganhar nos cinco anos de mandato e na definição do sistema de governo teve que fazer das tripas coração, contando com aliados que já o abandonaram.

Governo não absorve uma derrota de tais proporções; uma Constituinte não reage com tão atrevida e majoritária veemência sem que se produzam conseqüências. E sem que do episódio se recolham lições que convém aprender.

Pelo que depõem os mais chegados, Sarney reagiu bem à derrota, ao escore e ao discursos. Curiosamente, com humilde sabedoria: se o Dr. Ulysses consolidou sua liderança sobre o PMDB, fortalecendo-se para comandar a convenção do partido e evitando que se aprofunde a dissidência, melhor para todos, inclusive para o governo. O presidente torce para que Ulysses se reeleja presidente da Câmara e continue como o seu vice-presidente confiável, apesar dos pesares.

Sarney não confessa arrependimento por ter desatendido conselhos e feito o discurso que incendiou a Constituinte. Cumpriu seu dever, deixou uma advertência que ficará registrada para futura avaliação. Se as suas sombrias previsões forem confirmadas, ele não se terá omitido ante as suas responsabilidades.

Claro que Sarney falou também para o seu público interno. Ora, governo que não conta com apoio popular e perdeu a sustentação da base política, equilibra-se na solidariedade do dispositivo militar. E é por aí que as coisas se complicam, reclamam cuidados para carregar a transição nas últimas etapas até o fecho da promulgação da futura Constituição, a eleição e posse do sucessor de Sarney.

A vitória de afirmação da Constituinte não pode ser manipulada por afoitos para tripudiar sobre os vencidos e agravar a radicalização, fechando as portas ao entendimento. Mesmo porque a maioria de agora é tão fluída e efêmera quando todas as que se agruparam e desfizeram na montanha-russa da improvisação.

A legitimidade límpida e pura da Constituição, para afirmar-se ante contestações previsíveis, necessita o carimbo do consenso, que liquida a discussão e desestimula aventuras.

Ninguém de bom senso está esperando por uma revisão que desfigure o modelo do texto saudado na oração condoreira do Dr. Ulysses como "a guardiã da governabilidade", "com cheiro de amanhã, não de môfo".

Depois, a quem interessa desestabilizar o presidente José Sarney, abrindo uma crise sem fundo no final do caminho?

Governo fraco demais não sustenta a transição. Os rumores, boatos, versões alarmistas, de largo consumo nos últimos dias, saíram de circulação com a decisão que cristaliza a reação de toda a Constituinte, acima de partidos e das divergências políticas.

É óbvio, elementar, que não há clima para golpe em plena execução de um projeto de institucionalização democrática, com a Constituinte votando e um calendário que prevê eleições este ano e em 89.

Mas a prudência e as muitas recaídas golpistas aconselham prestar atenção num detalhe que vai sendo astutamente esquecido no rescaldo da crise entre Sarney e a Constituinte: pela primeira vez, desde a instalação da Nova República, em todo o processo de transição, o governo perdeu com a solidariedade ostensiva do esquema militar. Sarney foi derrotado na companhia do Leônidas, do Saboya, do Moreira Lima.